

A ESCOLA DOMÉSTICA DE NATAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NORTE-RIO-GRANDENSES

Ana Maria de Medeiros Lucas¹

Domingos Francisco da Cruz Neto²

Francisca Brasilina de Oliveira Neta³

José Everton Pinheiro Monteiro⁴

Maria Clediane de Oliveira⁵

José de Sousa Campos Júnior⁶

RESUMO

Este artigo tem como objetivo explorar a trajetória e os impactos da Escola Doméstica de Natal, destacando sua influência na formação educacional, social e cultural das jovens mulheres que estudaram nessa instituição. Desde o período colonial até o início do século XX, as mulheres enfrentaram barreiras para acessar uma educação que fosse além da preparação para atividades domésticas. Neste contexto, a fundação da Escola Doméstica de Natal/RN, em 1914, representa um marco na educação das jovens do Rio Grande do Norte, promovendo capacitação prática no ambiente doméstico e aprofundando o estudo das matérias acadêmicas. A intenção de Henrique Castriciano, ao criar a Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, em 1911, era alcançar os coronéis do interior, que desvalorizavam a educação feminina, fato visto como um obstáculo à 'civilização' no sertão. A Escola Doméstica surge para proporcionar às mulheres, além de conhecimentos sobre atividades domésticas, a formação necessária para ingressar nas universidades. À medida que avançamos para o futuro, é essencial apoiar e expandir iniciativas educacionais que promovam a inclusão e a igualdade de gênero. Nesse sentido, o Curso Doméstico em Natal teve um papel fundamental na formação de jovens mulheres, preparando-as para uma educação tradicional e para o exercício de atividades domésticas, além de oferecer uma formação humana, social e profissional que agregava valores morais e éticos, permitindo novas formas de socialização e cidadania.

Palavras-chave: Escola Doméstica; formação; educação das mulheres; inclusão.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

² Doutorando em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

³ Doutoranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

⁴ Doutorando em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

⁵ Doutoranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

⁶ Doutor em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

ABSTRACT

This article aims to explore the trajectory and impacts of the Natal Domestic School, highlighting its influence on the educational, social and cultural formation of the young women who studied at this institution. From the colonial period until the beginning of the 20th century, women faced barriers in accessing education beyond preparation for domestic activities. In this context, the founding of the Domestic School of Natal/RN, in 1914, represents a milestone in the education of young women in Rio Grande do Norte, promoting practical training in the domestic environment and deepening the study of academic subjects. Henrique Castriciano's intention, when creating the Rio Grande do Norte Teaching League in 1911, was to reach the colonels of the interior, who devalued female education, seen as an obstacle to 'civilization' in the backlands. The Domestic School was created to provide women, in addition to knowledge about domestic activities, with the necessary training to enter universities, receiving these instructions at the institution itself. As we move into the future, it is essential to support and expand educational initiatives that promote inclusion and gender equality. In this sense, the Domestic Course in Natal played a fundamental role in the training of young women, preparing them for a traditional education and for the exercise of domestic activities, in addition to offering human, social and professional training that added moral and ethical values, allowing new forms of socialization and citizenship.

Keywords: Home School; training; women's education; inclusion.

INTRODUÇÃO

A trajetória da educação feminina no Brasil reflete a complexa relação entre gênero, sociedade e ensino. Desde o período colonial até o início do século XX, as mulheres enfrentaram diversas barreiras para acessar uma educação que não se limitasse à preparação para as atividades domésticas. Neste contexto, a fundação da Escola Doméstica de Natal/RN, em 1914, simboliza um marco relevante na educação e formação de jovens no contexto do referido estado. Fundada com o objetivo de promover a capacitação prática no ambiente doméstico, tanto no ambiente urbano como o rural, além de habilidades em medicina doméstica e aprofundar o estudo nas matérias acadêmicas das jovens estudantes, essa instituição se destacou por sua atitude inovadora, evidenciando-se não apenas no ensino tradicional, mas também na valorização das habilidades domésticas e sociais. Marcou uma época, enquanto modelo escolar.

Ao longo dos anos, a Escola Doméstica buscou contribuir para a formação de jovens conscientes e preparadas para enfrentar os desafios, refletindo a importância da

educação integral em um mundo em constante transformação. Fundada no período da Primeira República (ou República Velha), a Escola Doméstica de Natal representando um avanço significativo na luta pela emancipação educacional das mulheres (Souza, 2021, p. 3). A busca por romper com os métodos tradicionais de ensino aplicados às mulheres nas escolas motivou a Liga de Ensino do Rio Grande do Norte (LERN) e levou Henrique Castriciano de Souza a fundar a Escola em questão. De acordo com o site da UNI-RN: Centro Universitário do Rio Grande do Norte (2011):

a Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, fundada pelo escritor Henrique Castriciano, foi criada em 1911, tendo como principal área de atuação a Educação. O motivo primordial para sua fundação foi a instalação da Escola Doméstica de Natal, inaugurada três anos depois. A inspiração para a construção de uma escola focada exclusivamente na educação feminina surgiu após o contato que Henrique Castriciano teve com escolas na Bélgica e na Suíça, como a Ecole Ménagère, em algumas de suas viagens. (UNI-RN, 2011)

A intenção do escritor potiguar era fundar uma instituição que equilibrasse o desenvolvimento intelectual e moral com a instrução prática, preparando as mulheres para um papel ativo na sociedade e que incorporasse em seus princípios uma ruptura com os modelos educacionais vigentes no estado. Ao longo dos anos, a Escola Doméstica buscou contribuir para a formação de cidadãos conscientes e aptas para enfrentar os desafios do século XX.

Com os avanços proporcionados à educação feminina, este artigo busca responder à seguinte questão: de que maneira a Escola Doméstica de Natal/RN influenciou a educação das mulheres no estado do Rio Grande do Norte?

Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, este artigo tem como objetivo geral explorar a trajetória da Escola Doméstica de Natal, analisando seu impacto na educação das mulheres e sua contribuição para a promoção da igualdade de gênero. Especificamente, buscar, a partir de uma abordagem histórica e sociológica, compreender como essa instituição influenciou na formação de uma geração de mulheres no estado do Rio Grande do Norte e qual o seu lugar na luta por uma educação mais inclusiva e equitativa. Examinaremos a evolução e as transformações da Escola Doméstica de Natal, destacando a importância de investir na educação feminina como meio de promover o desenvolvimento humano integral e a equidade social.

Com isso, este estudo não apenas ilumina um capítulo essencial da história da educação no Brasil, mas também realça a esperança e o potencial que a educação trouxe para dezenas de gerações de jovens que estudaram na escola desde o início do século passado.

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NATAL

A educação é um processo de formação e transformação na dimensão humana. O processo educacional na formação cultural e social de um povo sofre modificações desde os primórdios da história, pois, segundo Durkheim (2014), a educação não pode ser compreendida isoladamente, mas sim em sua relação com os contextos e necessidades sociais, uma vez que ela é um fato social, e, em razão disso, reflete a estrutura social e suas dinâmicas. Diante disso, é importante lembrar que a educação é fundamental na dinamização cultural e na construção formativa do sujeito. Para entendermos essas transformações no processo educacional e cultural de um povo é imprescindível destacar as mudanças ocorridas ao longo do processo histórico, nessa teia de formação educacional, em que o antes e o depois servem de partida para o processo de ensino aprendizagem.

É nesta perspectiva que discutiremos o lugar ocupado pela Escola Doméstica de Natal, que foi fundada por Henrique Castriciano, considerado um dos maiores intelectuais do Rio Grande do Norte, que em meio a uma de suas viagens internacionais, teve a oportunidade de conhecer a Escola Normal Pour la formation d'Institutes d' Ecoles Menogère de Fribourg, no Cantão Suíço, a partir da qual idealizou a criação da Escola Doméstica de Natal. De imediato, Castriciano visualizou um modelo de uma educação doméstica escolarizada, a partir dos princípios educacionais que ora conhecera naquela localidade Suíça.

A intenção de Henrique Castriciano, quando da criação da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, em 1911, era atingir a clientela dos coronéis, dos homens do interior do estado, considerados ignorantes, incultos, que não valorizavam a educação feminina, tendo esta como inútil. Ele acreditava esse ser um dos motivos pelos quais a “civilização” não tinha chegado ao sertão (Castriciano, 2011). Durante esse período, a educação

doméstica era altamente valorizada e desempenhava um papel fundamental na formação das mulheres, permanecendo como uma prática enraizada em um sistema educacional hegemônico e excludente por muito tempo. As mudanças sociais e educacionais começaram a ocorrer, e a educação doméstica assumiu um papel transformador, uma vez que era considerada uma preparação para as responsabilidades profissionais e domésticas femininas.

O primeiro prédio da Escola Doméstica de Natal foi construído no bairro da Ribeira, que era o centro do comércio da capital e oferecia atrações sociais e culturais, além de ser um importante centro residencial. Por quase meio século, ficou lá instalada, sendo transferida em 1952 para a Avenida Hermes da Fonseca, em Tirol, bairro nobre de Natal. A professora Noilde Ramalho entendeu que se precisava de um espaço mais adequado, que trouxesse mais conforto para os pais das alunas, ressaltando, ainda, que no bairro da Ribeira ocorriam enchentes que dificultavam o acesso das pessoas à Escola. A professora Noilde Pessoa Ramalho estudou na Escola Doméstica de Natal nos anos de 1936 a 1939, assumindo a direção da Escola aos 25 anos de idade, onde permaneceu por 65 anos, com muita dedicação, até o fim de sua vida, aos 90 anos.

A EDUCAÇÃO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES

À medida que avançamos para o futuro, continuar a apoiar e expandir iniciativas educacionais que promovam a inclusão e a igualdade de gênero será crucial para a transformação social. A experiência da Escola Doméstica de Natal sugere que a educação pode capacitar as mulheres a se tornarem líderes e agentes de mudança dentro e fora de suas comunidades. Portanto, ao valorizar e investir na educação feminina, podemos contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e próspera. Segundo Oliveira e Marques Neto (2015), o ensino para mulheres trouxe efeito relevante na estrutura social ao longo do tempo:

ao adquirir um conjunto de conhecimentos práticos e teóricos, a mulher poderia melhorar substancialmente a vida doméstica e, caso viesse a perder o marido, teria o ensejo, devido a tudo o que havia sido aprendido na escola, de ser o sustentáculo econômico do lar. Mantendo

o ambiente familiar em equilíbrio, as mulheres passariam a educar melhor os filhos, os quais, por causa disso, reconstituíam o “necrosado” tecido social. (Oliveira e Marques Neto, 2015, p. 315)

Desse modo, ao desafiar as normas sociais e educacionais de sua época, a escola não só buscou abrir portas para as mulheres, mas também contribuir para a evolução de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, a Escola Doméstica de Natal surge como uma forma de trazer para a mulher, além dos conhecimentos destinados à boa condução das atividades domésticas e da família, o conhecimento que a levaria aos bancos das universidades, uma vez que recebiam todas essas instruções nessa instituição de ensino.

Nesse **contexto**, com a criação dessa Escola, em 1914, num momento em que o acesso às salas de aula era bastante restrito às mulheres, o acesso ao conhecimento lhes permite almejar outros espaços sociais e profissionais, e não somente dona de casa e magistério. Além das prendas domésticas, elas passam a ter um conhecimento científico sobre diversas áreas, até então conhecidas ou estudadas somente pelos homens, fazendo com que possam opinar e discutir sobre vários assuntos, conquistando, gradativamente, um novo espaço na sociedade em que convive. No entanto, vale ressaltar que isso foi um processo lento e permeado por lutas e reivindicações, uma vez que os espaços eram fortemente dominados pelo discurso hegemônico de dominação masculina. Portanto, a educação, nessa perspectiva, funciona como um aspecto fundamental de emancipação feminina.

Nos primeiros anos da fundação da Escola Doméstica de Natal, uma vez que se verificou que as alunas ingressavam na Escola sem ter noções básicas sobre as disciplinas a serem ministradas, criou-se o Curso Preparatório, para ser ministrado em dois anos. O curso contemplava, dentre outras, noções básicas sobre a língua materna, língua estrangeira, história e geografia. O Curso Preparatório contava com as seguintes disciplinas: Aritmética, português, cultura física, costura, música, caligrafia, leitura, história do Rio Grande do Norte, geografia e chorographia⁷ e francês ou inglês. Após a conclusão deste, iniciava-se o Curso Doméstico.

⁷ De acordo com o site Album Chorographico, o termo chorographia se refere à “descrição de uma região, de um país, de uma província ou de parte importante de um território”. Disponível em: <https://www.albumchorographico1927.com.br/texto/estudo-critico-cartografia>, acesso em 05 de outubro de 2024.

No Curso Doméstico, com duração de quatro anos, além das disciplinas ministradas no Curso Preparatório, acrescentavam-se criação, jardinagem, higiene, lavagem, economia de casa, puericultura e medicina prática, dentre outras. A análise desse contexto revela que o Curso Doméstico estava profundamente alinhado às expectativas sociais e culturais da época, que enxergavam as mulheres principalmente como responsáveis pelos cuidados da casa e da família. A duração de quatro anos, com matérias específicas, destaca o caráter estruturado e formal desse tipo de educação, que visava preparar as alunas para o cumprimento de suas "obrigações" femininas, perpetuando um modelo de escolarização excludente, restrito ao ambiente privado e distante de outras esferas profissionais e intelectuais. Até meados da década de 20, do século XX essa foi a estrutura curricular vigente, sendo modificada, a partir de então pela Liga de Ensino do Rio Grande do Norte.

A Escola Doméstica de Natal foi pioneira no país com essa proposta de ensino doméstico, voltada para a formação feminina, considerada uma escola elitizada. As especulações sociais circulavam em torno da organização extracurricular, o modelo de ensino se dividia em 2 modalidades, interna e semi-interna, a seleção era feita a partir dos 15 anos de idade, com a apresentação da certificação de conclusão do curso primário. Após a seleção, as meninas que ficariam internadas, traziam consigo um enxoval completo para uso diário, que contemplava roupas de uso pessoal, de banho, de trabalho para as atividades domésticas, incluindo o fardamento escolar.

A escola contemplava uma grade curricular com várias áreas de conhecimentos, desde a aprendizagem doméstica que abrangia os afazeres de casa, como o ensino tradicional que contemplava áreas inovadoras, desde psicologia, puericultura, higiene física e alimentar no currículo escolar. Nesse sentido, a introdução de disciplinas como medicina prática e puericultura revela uma tentativa de capacitar as mulheres para funções importantes, mas ainda dentro do âmbito familiar e maternal. As aulas práticas dos afazeres domésticos eram praticadas pelas internas e semi-internas, alinhado ao tempo e as habilidades necessárias das alunas.

Partindo desse entendimento, descrevemos a rotina diária da Escola no que se refere às atribuições e deveres da escola junto às alunas internas. O dia iniciava com o café da manhã às 7h:30, ao meio-dia (12h) o almoço era servido, à tarde havia um lanche

reforçado, pois as semi-internas eram liberadas para suas casas, ficando assim, para o jantar só as internadas, que era servido às 19h. A finalidade da Educação doméstica era instruir as meninas para uma formação social com práticas domésticas a partir de um conhecimento amplo de ensino, que direcionasse para uma aprendizagem escolarizada e aperfeiçoamento do lar.

Para entendermos melhor, como se dava o ensino e suas tipologias na organização curricular, das matérias da Escola Doméstica de Natal destacamos abaixo 5 tipologias e 27 matérias, incluídas no programa geral de ensino da grade curricular da Escola no início do seu funcionamento. A organização da grade curricular, se dividia em 5 tipologias, são elas: Moral e cívica; Educação Intelectual; Educação física; Educação estética; Educação técnica, profissional e Social. Quanto as matérias, são 27, a começar pela Educação Moral, que contemplava 3 matérias: Moral individual; Moral doméstica e Moral social. A educação intelectual é a que contemplava mais matérias, 10 no total: Língua portuguesa; Língua inglesa ou francesa; Aritmética; Álgebra; Geometria; Geografia; Chorographia; História do Brasil; Noções de física e Química. Em seguida, a Educação física, que incluía uma única matéria, a Ginástica; já a Educação estética comportava 4 matérias: Desenho; Decoração e ornamento do lar; Música e Canto. Por último a Educação técnica, profissional e social, que abarcava 9 matérias: Contabilidade doméstica, Costura, Agricultura, Avicultura, Cozinha Teórica, Cozinha prática, Higiene individual, Medicina prática e de urgência e Puericultura. Cada tipologia contemplava matérias que oferecessem conteúdo prévio, que suprissem uma aprendizagem a partir da perspectiva de ensino da escola.

Cada matéria tem sua especificidade, destacaremos aqui, a matéria de Moral e Cívica, como norteadora para uma formação no exercício social. Podemos descrever 3 pontos de vista marcantes e inseridos no dia a dia da Educação moral: **a moral individual**: associada às boas maneiras, ao convívio e à interação social; **a moral doméstica**: direcionada para uma aprendizagem dos deveres e afazeres domésticos; **a moral social**: envolvendo uma aprendizagem de valores sociais, que permeiam a justiça, o cuidado da casa e a educação dos filhos.

Portanto, a Escola Doméstica de Natal foi uma instituição privada, de ensino integral, técnica, profissional e social, que tinha como base os conhecimentos domésticos,

na perspectiva de preparar mulheres para o desempenho de suas funções no âmbito doméstico e familiar, conforme as expectativas sociais da época, sobretudo em suas primeiras décadas de funcionamento. A instituição baseava-se em uma visão tradicional de gênero, em que a mulher tinha seu papel restrito ao ambiente doméstico. A escola reforçava essa perspectiva ao não oferecer uma educação voltada para o mercado de trabalho ou outras áreas de formação que não fossem relacionadas às atividades do lar. Contudo, com o passar do tempo, a Escola Doméstica de Natal adaptou-se a novas demandas educacionais, passando a incluir outras disciplinas e promovendo uma formação mais ampla. Mesmo assim, seu modelo inicial estava alinhado à visão de que a educação feminina deveria capacitar as mulheres para os deveres domésticos, de acordo com os valores patriarcais da sociedade brasileira do início do século XX.

MULHERES NA EDUCAÇÃO: UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

Para compreendermos o contexto no qual a Escola Doméstica está inserida e como ela influenciou para que as mulheres pudessem conquistar o espaço da sala de aula, é necessário discutirmos, primeiramente, um pouco do caminho percorrido por elas ao longo dos séculos, pois este é marcado por muitas lutas, conquistas e desafios, uma vez que, embora a educação seja um instrumento de emancipação, esse direito durante grande parte da história esteve inacessível para as mulheres.

Durante o período colonial a educação formal estava praticamente fora do alcance das mulheres. As raras oportunidades que surgiam eram ofertadas por ordens ou instituições que davam ênfase a formação religiosa e doméstica, pois enquanto ao gênero masculino cabia a educação letrada e formal, às meninas era reservada a educação doméstica, uma vez que, na visão daquela sociedade, conforme explicitado por Castro (2010), não havia razão para dar à mulher uma educação equivalente à masculina, pois seus papéis sociais eram muito diferentes. A questão do gênero, então, foi determinante para a instrução formal, visto que a distinção entre esses papéis sociais estava na base de nossa sociedade colonial, ou seja, se as mulheres desempenhassem bem essas funções tradicionais que lhes eram impostas, a saber, boa esposa e boa mãe, isso “seria suficiente

para ser considerada uma mulher instruída, enquanto o homem deveria receber uma educação que lhe possibilitasse dominar os meios sociais, políticos e econômicos” (Castro, 2010, p. 240).

A professora Guacira Lopes Louro, no capítulo intitulado *Mulheres na sala de aula*, publicado no livro *História das Mulheres no Brasil* (2004), organizado por Mary Del Priore, ajuda a compreender esse processo que possibilitou que a mulher pudesse sair da esfera doméstica para frequentar a sala de aula. Segundo Louro (2004), somente a partir de meados do século XIX é que a situação das mulheres começa a mudar, pois nesse período movimentos feministas ganham força e vozes revolucionárias, como a de Nísia Floresta, passam a ocupar mais espaço e ter mais destaque no cenário nacional. A pesquisadora ainda destaca o seguinte:

assim iniciava, em meados do século XIX, o *Opúsculo humanitário*, um dos vários escritos com que essa professora autodidata iria perturbar a sociedade brasileira. Afinal, o que pretendia essa “mulher metida a homem”? Nísia Floresta, uma voz feminina revolucionária, denunciava a condição de submetimento em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava sua emancipação, elegendo a educação como um instrumento através do qual essa meta seria alcançada. (Louro, 2004, p. 443)

Neste sentido, se, de um lado, tínhamos vozes que procuravam defender o direito à educação e à emancipação das mulheres, de outro, fica claro o incômodo e a indignação que este discurso provocava na sociedade, já que todos estes direitos, inclusive o de “fala”, eram restritos aos homens, como ficam evidentes na frase utilizada para referir-se a Nísia Floresta: “mulher metida a homem”. Segundo Louro (2020), após a Proclamação da República, tornou-se recorrente na sociedade o discurso que enfatizava a importância da educação e da modernização do país. Entretanto, embora as leis estabelecessem a instituição das chamadas “escolas de primeiras letras” nos espaços mais populosos, a realidade era bem diferente, de modo que uma grande parcela da população ainda continuava excluída e sem acesso à educação.

Além disso, mesmo quando havia oportunidade de frequentar a escola, havia uma diferenciação no ensino ministrado para meninos e meninas. Ler, escrever, contar, saber as quatro operações e noções da doutrina cristã eram conhecimentos comuns para ambos, mas enquanto os meninos aprendiam noções de geometria, as meninas aprendiam

bordado e costura. Para os mais favorecidos socialmente, também havia distinção: aprendiam piano, francês, leitura, escrita e noções de matemática, mas a essas acrescenta-se ainda

as habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja (Louro, 2020, p. 446).

Dessa forma, podemos perceber que as diferenças entre os papéis sociais exercidos por homens e mulheres eram bastante evidentes. Ao homem cabia o protagonismo, a tomada de decisões, a liberdade e tudo que estivesse relacionado à lugares de poder. Ao universo feminino, por sua vez, era perceptível uma grande preocupação com o lar, com a moral e os bons costumes e em satisfazer as necessidades do marido: “não havia porque *mobiliar* a cabeça das mulheres com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios” (Louro, 2020, p. 446).

Com as transformações que foram ocorrendo no país, gradativamente as mulheres foram ocupando mais espaço na sala de aula e a elas foi permitido o trabalho na área do Magistério. Dentro desse contexto de mudanças, são criadas as Escolas Normais para formar professores qualificados a fim de exercer a docência, entretanto, o que se observa é uma feminização do magistério, uma vez que o número de mulheres formadas era cada vez maior em relação ao número de homens. Isso se deve, em parte, pelo processo de urbanização e modernização pelo qual o Brasil passava, através do qual muitos homens acabaram procurando oportunidades mais rentáveis em outros lugares (Louro, 2020).

Segundo Almeida (1996), historiadores mostram que quando algumas dessas escolas foram inauguradas, as vagas eram destinadas, inicialmente, para jovens menos favorecidas e órfãs sem dote, conforme vemos a seguir:

sendo difícil casar-se, precisava, essas moças, para não ser um peso para a sociedade, conseguir um meio de subsistência proporcionado por uma profissão digna, de acordo com o ideal feminino [...] Portanto, ser professora representava um prolongamento das funções domésticas e instruir e educar crianças, sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes às mulheres, significava uma maneira aceitável de sobrevivência, no qual a conotação negativa com o trabalho remunerado feminino esvaia-se perante a nobreza do magistério. (Almeida, 1996, p. 74)

Diante do exposto, podemos perceber que o Magistério, a princípio, não era considerado exatamente como uma profissão, mas como um trabalho aceitável para que aquelas mulheres que não tinham oportunidade de fazer um “bom casamento” pudessem exercer uma atividade digna e não serem consideradas um peso para a sociedade. Além disso, outros aspectos chamam atenção, uma vez que por trás do discurso de que a mulher podia sair da esfera doméstica e desempenhar uma função remunerada, observamos que esse papel é uma extensão “do lar”. A nobreza do magistério, a ideia de vocação e de missão mascaravam o fato delas trabalharem apenas meio período e continuarem mantendo a função em casa.

Em *Gênero, Sexualidade e Educação* (1997), Guacira Lopes Louro afirma que o casamento e a maternidade eram tarefas femininas fundamentais e constituíam a verdadeira carreira das mulheres daquele período, então qualquer profissão que não se ajustasse a isso seria considerada um desvio dessas funções sociais, por isso que o magistério precisava “tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc, para que possa ser reconhecido como uma profissão admissível ou conveniente” (Louro, 1997, p. 96). Essa construção social de trabalhar por amor ainda trazia outros impactos, como, por exemplo, justificar o fato de elas receberem os menores salários.

Essa realidade começa a mudar a partir da década de 1970, com a profissionalização do ensino, durante o regime militar. O caráter tecnicista, que exigia um tempo maior com tarefas burocráticas e de ordem administrativa, substituía a construção do trabalho da mulher como um prolongamento da esfera doméstica e, pela primeira vez, dava espaço para a profissionalização do magistério, para as mulheres se verem como profissionais do ensino, o que incluía lutar por melhores condições de trabalho e por

equidade entre os salários de homens e mulheres, ocupar as ruas, fazer protestos e manifestações (Louro, 2020).

Todos esses aspectos representam um grande avanço na luta das mulheres em busca de seus direitos, da igualdade de gênero e de melhores condições de vida e de trabalho, porém, para que isso acontecesse foi necessário enfrentar muita resistência por parte da sociedade, que ainda não aceitava todas essas transformações. Às vezes essa resistência se dá de modo mais explícito, como no caso da precarização do trabalho feminino, dos salários inferiores, dos defensores das profissões predominantemente masculinas, da dificuldade de enxergar a mulher ocupando cargos ou funções de liderança na sociedade, porém, muitas vezes essa resistência pode ocorrer de forma disfarçada, mascarada, através de uma forma carinhosa de se expressar, como o que ocorre com o termo “tia”, muito utilizado na educação infantil. Nesse sentido, de acordo com Freire (1997, p. 18), “a tentativa de reduzir a professora à condição de tia é uma ‘inocente’ armadilha ideológica em que, tentando-se dar a ilusão de adocicar a vida da professora, o que se tenta é amaciar a sua capacidade de luta”, o que implica em uma forma implícita de desprofissionalização da ação docente.

Ao analisar o percurso que levou a mulher a ultrapassar as paredes do lar e adentrar no espaço da sala de aula, Louro (2020) afirma que a escola parecia desenvolver um movimento ambíguo, uma vez que promovia certa ruptura com o ensino voltado à esfera doméstica, mas também “promovia, através de vários meios, sua ligação com a casa, na medida em que cercava a formação docente de referências à maternidade e ao afeto” (Louro, 2020, p. 458).

Esse movimento ambíguo é o que ocorre com a fundação da Escola Doméstica de Natal/RN, em 1914. Embora a sua criação, assim como os direitos adquiridos pelas mulheres ao longo da trajetória analisada até aqui, demonstre a vinculação entre o que estava sendo estudado e a preparação para as habilidades domésticas, não podemos esquecer que foi através delas que o gênero feminino teve oportunidade de frequentar a sala de aula e, a partir daí e com o passar do tempo, ocupar os bancos da universidade, ter acesso ao conhecimento, frequentar outros ambientes e, acima de tudo, lutar por seus direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto neste trabalho, a Escola Doméstica de Natal foi pioneira no país com a proposta de ensino doméstico, voltada exclusivamente para a formação feminina, estimada como uma escola elitizada, as especulações sociais circulavam em torno da organização extracurricular. Seu principal objetivo era promover a capacitação prática no ambiente doméstico, tanto no ambiente urbano como o rural, além de habilidades em medicina doméstica e aprofundar o estudo nas matérias acadêmicas das jovens estudantes.

Em um contexto em que poucas oportunidades educacionais formais eram oferecidas às mulheres, a Escola Doméstica de Natal representou um marco ao oferecer um espaço para a educação feminina. Embora limitada às funções domésticas, foi uma das primeiras iniciativas de educação formal para mulheres no Brasil. Com o passar do tempo, a Escola Doméstica de Natal, com a sua organização extracurricular, empenhou-se em contribuir para a formação de jovens conscientes e preparadas para enfrentar os desafios, levando em conta a sua importância e complexidade por meio da educação integral em meio a uma sociedade em transformação.

Portanto, a Escola Doméstica não só preparava para uma educação tradicional e do exercício doméstico, mas para uma formação humana, social e profissional, que agregava valores morais e éticos, oportunizando, assim, um direcionamento para as mulheres exercerem novos meios de socialização e de suas funções enquanto cidadãs.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. **Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev.1996.

CASTRICIANO, Henrique. **A Educação da Mulher no Brasil.** Natal: Sebo Vermelho, 2011.

CASTRO, Luciana. A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. **Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História**, vol. 7, n. 10, 2010, p. 237-256.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Coleção Textos Fundantes de Educação. 5 ed. Trad. Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'água, 1997.

LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de; MARQUES NETO, Cosme Ferreira. Um ninho de cozinheiras? Henrique Castriciano de Souza e a 'modernidade pedagógica' da escola doméstica de Natal. **Revista de Humanidades**, Fortaleza, v. 30, n. 2, jul./dez. 2015, p. 304-332.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, Andréa G. F. **Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945)**. 2007. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SOUZA, Vitória Diniz de. **Serão perfeitas donas de casa e distintas donas de casa: a escola doméstica em uma história da educação das sensibilidades femininas em Natal**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. UNI-RN: Centro Universitário do Rio Grande do Norte. (2011). História da LERN. Disponível em: <http://www.unirn.edu.br/historia-da-lern>. Acesso em: 18 jul. 2024.